

Aos meus Pais
Ao meu avô Jaime
A Luís Rodrigues

AGRADECIMENTOS

A composição desta dissertação só foi possível pela reunião de um conjunto de contributos, os quais cabe aqui anunciar.

O meu essencial agradecimento é dirigido à Professora Dr.^a Paula Martins, pela pronta aceitação do convite para assumir o estatuto de orientadora, pela disponibilidade demonstrada para rever o trabalho nas suas várias etapas, assim como pela útil ajuda que concedeu, através da reordenação e restrição dos temas em discussão e através de um conjunto notável de conselhos que certamente tornaram esta tese mais rica.

Aos docentes da parte curricular do mestrado, Professores Doutores, António Monteiro Fernandes, e Manuel Pita, agradeço o empenho que colocaram no dom de ensinar que acelerou o processo de absorção de novos conhecimentos e de novas metodologias.

Ao director do mestrado, Professor Doutor António Monteiro Fernandes, agradeço, por ter dado origem ao interessante e útil, Mestrado em Direito das Empresas.

Agradeço ainda, aos meus pais Maria Amélia Miguel Simões Ferreira e Carlos Alberto Ferreira e às minhas amigas Ana Paixão e Ana Gonçalves pelo apoio e dedicação que me prestaram.

RESUMO

Esta tese tem, como objectivo principal, analisar e caracterizar o conceito de contrato de trabalho e as suas tipologias de incumprimento em Portugal.

A metodologia consiste na pesquisa bibliográfica nacionalmente aceite, webgrafia, e recurso a dados do INE, DGSI e DGPIJ, de modo a elaborar uma análise quantitativa dos tipos de incumprimento do contrato de trabalho e consequentes litígios jurídico/laborais.

As hipóteses são:

Existe alguma relação positiva entre o contrato de trabalho e o direito do trabalho?

Existem diferenças entre a área processual laboral e as restantes áreas processuais?

Será a área processual laboral mais litigiosa do que as outras áreas processuais?

Com a análise quantitativa provou-se que, nos anos de 2007 a 2010, o número de processos laborais terminados é superior ao número de processos iniciados. Assim, assistiu-se a uma diminuição da pendência, decorrente de um aumento do número de transacções, subida de desistências do pedido e da agilização do processo laboral. Ao longo dos anos, o maior peso ao nível dos processos laborais deveu-se às acções especiais e execuções.

Ao nível da jurisprudência do STJ e do TRL, o tipo de incumprimento ao contrato de trabalho mais frequente utilizado pelo empregador é o despedimento ilícito. Ao nível da jurisprudência do STJ, os maiores factores de incumprimento do trabalhador são a violação dos deveres de lealdade, e de zelo e as faltas injustificadas.

Palavras-chave: Contrato de trabalho, trabalhadores, empregadores, incumprimento.

Códigos do Jel Classification System: K31 - Labor Law; K12 - Contract Law

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyse and characterise the concept of contract of employment and its types of default.

The methodology consists in bibliographic search nationally accepted, webwriting, and resorting to data from INE, DGSJ and DGPJ to develop a numerical/quantitative analyse to the types of non-compliance with employment law and its legal disputes.

The hypotheses are: Is there a positive relationship between contract of employment and employment law? Is there any difference between the labour proceeding other types of legal proceedings? Is the labour proceeding more contentious than other types of legal proceedings?

The quantitative analysis proved that in the years 2007 to 2010 the number of finished work lawsuits is superior to the number of new cases. Therefore, there was a decrease in pending, resulting from an increase in the number of transactions, increased by withdrawal of request, and streamlining the work process. Over the years, the greatest weight in labour proceedings is due to special actions and executions.

In the jurisprudence of STJ and TRL, the most frequent type of breach to the contract of employment used by the employer is unlawful dismissal. In the jurisprudence of STJ the major factors of default from the worker are breaches to the duties of loyalty and zeal and unjustified absences.

Keywords: contract of employment, employees, employers, non-compliance

Jel Classification System codes: K31 - Labor Law; K12 - Contract Law

ÍNDICE

Dedicatória	I
Agradecimentos.....	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
Índice	V
Índice dos Quadros.....	VIII
ÍNDICE DE figuras	IX
Glossário de siglas.....	X
Introdução.....	1
METODOLOGIA.....	3
Hipóteses	3
Pergunta de Partida	3
ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	4
Capítulo 1 O Contrato de Trabalho	5
1.1 Negócio Jurídico Bilateral.....	5
1.2 Prestação de uma actividade	6
1.3 A Retribuição	7
1.4 A actividade subordinada	8
1.5 Características do contrato de trabalho	9
1.6 Negócio jurídico de direito privado	10
1.7 Negócio jurídico bilateral, nominado, e típico	11
1.8 Negócio jurídico causal.....	12
1.9 Negócio jurídico obrigacional.....	12
1.10 Negócio jurídico sinalagmático.....	13
1.11 Negócio jurídico oneroso e comutativo	14
1.12 Negócio jurídico de execução continuada.....	15
1.13 Negócio jurídico <i>intuitu personae</i>	16
Capítulo 2 Tipologias de Incumprimento das prestações Contratuais	19
2.1 Incumprimento definitivo e mora imputáveis ao empregador.....	21
2.1.1 Indemnização	21
2.2 Excepção de não cumprimento.....	22

2.3 Garantias	25
2.4 Benefícios conferidos ao trabalhador	26
2.5 Consequências para o empregador	26
2.6 Resolução do contrato	28
2.7 Cumprimento defeituoso imputável ao empregador	31
2.8 Incumprimento imputável ao trabalhador.....	32
2.8.1 Mora e incumprimento definitivo (Mora do devedor)	32
2.8.2 Mora do credor.....	33
2.9 Incumprimento definitivo	33
2.10 Cumprimento defeituoso da actividade	36
Capítulo 3 Análise prática de vários acórdãos de tribunais portugueses sobre os vários tipos de incumprimento do contrato de trabalho: o caso Português.	39
3. 1 Dever de Ocupação Efectiva	39
3.2 Transferência de local de trabalho.....	41
3.3 Cedência de Trabalhador	44
3. 4 Transmissão de Estabelecimento.....	46
3.5 Trabalho Suplementar.....	49
3.6 Irredutibilidade da Retribuição	51
3.7 Falta de Pagamento da Retribuição	53
3.8 Videovigilância.....	56
3.9 Categoria Profissional.....	57
3.10 <i>Mobbing</i> /Assédio.....	59
3.11 Alteração de Horário de Trabalho	61
3.12 Despedimento Ilícito/Pressupostos da Justa Causa	63
3.13 Direito de Reserva e Privacidade do Trabalhador	65
3.14 Dever de Lealdade	66
3.15 Faltas Injustificadas	68
3.16 Dever de Obediência	71
3.17 Pacto de Não Concorrência	72
3.18 Abandono do Trabalho	74
3.19 Dever de Urbanidade.....	77
Capítulo 4 Análise da evolução do movimento processual laboral: 2007-2010.	79
4.1 Análise de comparação entre Processo Laboral e os restantes tipos de Processos.....	80
4.2 Análise da evolução e caracterização do Processo laboral.....	89

4.3 Análise da evolução dos acidentes de trabalho	94
4.4 Evolução dos incumprimentos de trabalho.....	96
4.5 Evolução do Desemprego 2007-2009.....	98
Capítulo 5 Conclusão	101
Fontes	104
Internet	104
Bibliografia.....	105

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 2.1: Deveres dos intervenientes do contrato de trabalho.....	19
Quadro 4.1.1: Movimento de processos (N.º) nos tribunais judiciais de 1. ^a instância por Tipo de processo e Tipo de fluxo dos processos; Anual (2).....	82
Quadro 4.1.2: Número de recursos cíveis findos por tribunal de 2. ^a e 3. ^a instância 2000-2009	84
Quadro 4.1.3: Número de recursos cíveis findos 2008-2010	85
Quadro 4.1.4: Movimento de processos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância (Dados de 2008 a 2010 não incluem processos de execução de penas)	86
Quadro 4.1.5: Indicadores de desempenho nos tribunais judiciais de 1. ^a instância (Dados de 2010 não incluem processos de execução de penas).....	87
Quadro 4.1.6: Movimento de processos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância por área processual (Dados de 2010 não incluem processos de execução de penas).....	88
Quadro 4.2.1: Número de processos de trabalho findos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância, por objecto de acção.....	90
Quadro 4.3.1: Acidentes de trabalho segundo a consequência e o sector de actividade económica.....	94

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1.1: Movimento de processos (N.º) nos tribunais judiciais de 1ª instância por Tipo de processo e Tipo de fluxo dos processos em 2009	80
Figura 4.1.2: Evolução do Movimento de processos (N.º) nos tribunais judiciais de 1ª instância por Tipo de processo e Tipo de fluxo dos processos 1990-2008	81
Figura 4.1.3- Processos laborais nos tribunais judiciais de 1ª instância	83
Figura 4.2.1 - Duração média (em meses) dos processos laborais findos nos tribunais judiciais de 1ª instância.....	89
Figura 4.2.2 - Tipos de espécie dos processos laborais pendentes nos tribunais judiciais de 1ª instância a 31 de Dezembro de cada ano.....	92
Figura 4.2.3 - Objectos de acção dos processos laborais findos nos tribunais judiciais de 1ª instância.....	93
Figura 4.3.1: Incumprimento do Contrato de Trabalho (Empregador) Tribunais Superiores, 2008-2011.....	96
Figura 4.3.2: Incumprimento do Contrato de Trabalho (Trabalhador) Tribunais Superiores, 2008-2011.....	97
Figura 4.5.1: Taxas de variação anual (%) do emprego.....	98
Figura 4.5.2 : Taxas de variação anual (%) do emprego por conta de outrem segundo o tipo de contrato.....	99
Figura 4.5.3: Taxa de desemprego em Portugal na UE 25 e EU 15.....	100

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AC. – Acórdão.

ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho.

art. – Artigo.

CC - Código Civil.

CDA – Código dos Direitos de Autor.

CIRE – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

CNPD- Comissão Nacional de Protecção de Dados.

CPC – Código de Processo Civil.

CPI – Código da Propriedade Industrial.

CPT - Código do Processo de Trabalho.

CRP – Constituição da Republica Portuguesa.

CT - Código do Trabalho.

DGPJ – Direcção Geral da Política de Justiça.

DGSI – Direcção Geral dos Serviços de Informática.

DL – Decreto-Lei.

INE - Instituto Nacional Estatística.

IRCT – Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho.

ITIJ – Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça.

L – Lei.

LCT – Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho (Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Dezembro de 1969).

LVT – Lisboa e Vale do Tejo.

MJ – Ministério da Justiça.

MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

nº. – Número.

PASW- Package Analytic Software.

ss. – Seguintes.

STJ - Supremo Tribunal de Justiça.

TRC - Tribunal da Relação de Coimbra.

TRE - Tribunal da Relação de Évora.

TRL - Tribunal da Relação de Lisboa.

TRP - Tribunal da Relação do Porto.